

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO GESTOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - APA SERRA DONA FRANCISCA

O Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo [Decreto nº 8.055, de 15 de março de 1997](#). O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental - APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo [Decreto nº 12.423, de 01 de junho de 2005](#), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, [Decreto nº 31.936, de 11 de junho de 2018](#), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo [Decreto nº 20.451, de 17 de abril de 2013](#).

**Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da
APA - Serra Dona Francisca, realizada em 10/10/2023.**

No décimo dia, do mês de outubro, do ano dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos, apurado o quórum regimental para início das atividades reuniu-se o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca no auditório da Unidade de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (SDE.UDR), na Rodovia SC 418, Km 03, nº 271, Distrito de Pirabeiraba, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram Presentes](#) os [Conselheiros\(as\)](#) - mandato de 01/01/2022 à 31/12/2023, conforme [Decreto nº 45.022, de 20 de dezembro de 2021](#), e suas alterações: Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Gestor da APA; Ademir Sgrott, da AJM; Manoel Luiz Vicente, da APROÁGUA; Felipe Romer Batista, da SEHAB; Alcides Bergmann, da AJAq; Rogério Tamazia, ATERJ; Ernesto Caetano da Silva, SDE.UDR; Daiane Paul Nunes, da CAJ; Hector Silvio Haverroth, da EPAGRI; Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Marieli Ciola Kapfenberger, da SAS; Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT; Carla Caroline Correa, da SAMA.UGA; Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE; Gabriel Klein Wolfart, do SINDPEDRAS; Sarah Sabrina Leal Francisco, da SAMA.UNF; e, João Paulo Freisleben, da APIVILLE. Estiveram também presentes: José Augusto de Souza Neto, Secretário do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Roberto Shunk, da AJAq; Jamiro Alami, visitante; Tiago Corrente Medeiros, da PMA; Fabiano Santangelo, da OAB-Joinville; Silvia Brummer Yanetzky, da AMEM Morros; Sérgio Vanetzki, da AMEM Morros; e, Nivaldo Sacavem, da AMEM

Mildau. Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1) Aprovações; 1.1) Aprovação da Ata Reunião 18/09/2023; 1.2) Aprovação do Calendário de Reuniões 2024; 2) Mandato do Conselho da APA 2024/2025 (Recondução, Exclusão e Ingresso de Entidades); 3) Planejamento Verão na APA 2023/2024 (Ações Integradas); 4) Sugestão de Pauta e Palavra Livre; 4.1) IQA/ CAJ.** A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco cumprimentou a todos, deu boas-vindas e iniciou os trabalhos.

Pauta 1) Aprovações: item 1.1) Aprovação da Ata Reunião 18/09/2023: A Presidente do Conselho Gestor da APA, indagou aos Conselheiros se haviam recebido a Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 18/09/2023, e se teriam alguma consideração a ser feita, ao que, sem quaisquer manifestações, a Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco coloca a em Votação, sendo aprovada a Ata por maioria dos votos dos Conselheiros, registradas duas abstenções.

item 1.2) Aprovação do Calendário de Reuniões 2024: A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco, indagou aos Conselheiros se haviam recebido o Calendário de Reuniões Ordinárias programadas para o ano de 2024. O Secretário do Conselho, José Neto informa que assim como o Calendário do ano de 2023 as reuniões serão realizadas nas terças-feiras, às 18h00, com intervalo entre reuniões de aproximadamente 45(quarenta e cinco) dias. O Conselheiro Paulo Roberto Schulze, da ASBANVILLE, sugeriu uma alteração no horário das reuniões para as 19h00, visto que para algumas das entidades não governamentais, principalmente as de produtores rurais, se torna muito difícil chegar nesse horário. A Presidente do Conselho, Magda Franco sugere que seja votada primeiramente o Calendário com as datas das Reuniões Ordinárias para o ano de 2024, e, em seguida, seja votada a alteração do horário das 18h00 para 19h00, e, com a concordância dos demais Conselheiros, coloca o Calendário de Reuniões para o ano de 2024 em Votação, sendo este aprovado por unanimidade de votos dos Conselheiros. A Presidente do Conselho, Magda Franco comenta que a deliberação do Gabinete da SAMA é de que as Reuniões dos Conselhos ocorram em horário comercial, e que o Conselho Gestor da APA é o único que foge a essa conduta precisamente para atender da melhor forma possível as entidades participantes, e que o melhor horário encontrado até então, foi o das 18h00, para evitar que a Reunião se estenda até muito tarde e, dito isso, propõe a mudança de horário de 18h00, para as 18h30 em Votação, sendo Aprovado o novo horário de início das Reuniões do Conselho Gestor da Apa Serra Dona Francisca, para as 18h30, registrados três votos contrários. A Presidente do Conselho Gestor da APA, Magda Franco informou que foi solicitada a inversão da Pauta 3) sobre o Planejamento Verão na APA 2023/2024, em razão do Conselheiro Maiko Alexander Bindemann Richter, da SEPROT necessitar se ausentar antes do término da Reunião, por outros compromissos na Defesa Civil do Município, ao que, sem manifestações contrárias dos Conselheiros, da seguimento aos trabalhos.

Pauta 3) Planejamento Verão na APA 2023/2024 (Ações Integradas): A Presidente do Conselho, Magda Franco cede a palavra ao Conselheiro Maiko Richter, da SEPROT, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade, e inicia sua fala informando que no dia de hoje iniciaram-se as arrecadações de alimentos e outros gêneros para as cidades do Alto Vale, e que a Defesa Civil do Município iria comparecer à esses postos de arrecadação, motivo pelo qual necessitaria se ausentar mais cedo da presente reunião, e, dito isso, relata que a partir da próxima semana irão ocorrer 30(trinta) palestras sobre educação ambiental em 15(quinze) escolas municipais, tratando de temas como perigo dos rios e conservação ambiental, sendo que essas palestras serão divididas entre os meses de outubro e novembro e ocorrerão tanto em escolas de zonas rurais quanto urbanas da cidade. Maiko também informa que para o início do verão ocorrerão algumas atividades educativas de conscientização em conjunto com o Corpo de Bombeiros, estando essas atividades programadas para ocorrer em finais de semana intercalados, no período da manhã. Também estão planejadas para o mês de janeiro ações de conscientização concentradas em Parques e Recantos, além da fiscalização em parceria com os Agentes de Trânsito e a Guarda Municipal em pontos de banho aos finais de semana, coibindo estacionamentos irregulares, acúmulo de lixo e outros transtornos que podem ocorrer, além de informar também que situações envolvendo furtos, brigas, entre outras devem ser reportadas à Polícia Militar, e que foram instaladas câmeras em áreas da APA a fim de aumentar a fiscalização e o monitoramento, todavia ressalta a importância de que os cidadãos comuniquem aos Agentes caso ocorram essas situações para que sejam geradas estatísticas e que as ocorrências sejam atendidas o mais breve possível, e, com isso, encerra sua fala se colocando a disposição para esclarecer outras dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro Anselmo Benvindo Cadorin, da AEA Babitonga parabeniza a Defesa Civil e a Prefeitura de Joinville pelo excelente trabalho conjunto de monitoramento, e questiona se há algum planejamento com relação à implantação de lixeiras públicas nos locais com maior concentração de turistas, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco comenta que isso é sempre objeto de discussões, principalmente sobre qual será o melhor tipo de lixeira para evitar depredações, informando também que há alguns anos foram instalados alguns tubos de concreto pela Seinfra, estando alguns ainda em bom estado, já outros estão danificados, e que a Prefeitura lançou uma Ata de Registro de Preços na qual estão previstos

lixo de vários tipos e tamanhos, com identificações dos resíduos a serem destinados nessas lixeiras, e que a SAMA já está realizando os pedidos, entretanto ainda é necessário alinhar com a Seinfra alguma forma de se evitar roubo e depredação das lixeiras, bem como com a Empresa Ambiental definir as questões da coleta de lixo nesses locais. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ aproveita os debates para entregar à Presidente do Conselho, Magda Franco um Cronograma de Fiscalização, com sugestões de horários e datas, enfatizando domingos e feriados entre os meses de dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, referenciando os principais locais que devem ser fiscalizados. A Presidente do Conselho, Magda Franco, informa que a SAMA está no processo de pedido das lixeiras e de placas, com previsão de instalar nos devidos pontos entre o final dos meses de novembro e no início de dezembro, além de estar alinhando com a Secom a preparação de um material de conscientização para as mídias da prefeitura, que será divulgado durante todo o verão, com orientações gerais para a população nesse período. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ manifesta que se deve ter cautela na elaboração do material para que não acabe incentivando as pessoas a irem para locais sem estrutura e segurança, mas sim que procurem locais adequados e próprios, fomentando também a economia pelo turismo. O Conselheiro Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga questiona se com as câmeras instaladas é possível aplicar multas para quem jogar lixo nessas áreas, no que o Conselheiro Maiko informa que sim, se for uma questão de infração administrativa ambiental os vídeos podem ser usados como prova no processo. Silvia Brummer Yanetzky, da AMEM Morros complementa, dizendo que se deve reforçar nesse material educativo que a maioria dos lugares que a população vai se banhar são propriedades particulares, citando como exemplo uma situação que ocorreu no Rio Pirai, quando um grupo de banhistas levou uma roçadeira e roçou uma parte da margem do Rio antes de colocar seus pertences. Silvia reforça que caso ocorra uma fiscalização o proprietário poderá sofrer consequências por uma causa promovida por terceiros e, por isso, sugere que devem ser analisadas melhores formas de multar quem cometer essas infrações. Outra sugestão levantada foi com relação às placas que serão instaladas, sugerindo que poderiam ser fixadas placas com informações sobre as belezas naturais da região, instalando em uma ponte as informações sobre o Rio abaixo dela, como informações sobre sua Nascente, onde o Rio desagua, por exemplo, e dessa forma fomentar o sentimento de cuidado desses locais. Silvia expõe que apenas se consegue multar os infratores em casos de flagrante, uma vez que é muito difícil de localizar o autuado, e, quando os Fiscais chegam ao local geralmente todo mundo já foi embora, restando apenas o lixo, e que o objetivo agora é reforçar os plantões de fiscalização e participar também em conjunto com a Seprot e com a Polícia Militar para que a comunidade saiba que os Órgãos estão presentes nesses locais. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco, declara encerrada a pauta, prosseguindo os trabalhos. **Pauta 2) Mandato do Conselho da APA 2024/2025 (Recondução, Exclusão e Ingresso de Entidades):** Com a palavra, o Secretário do Conselho, José Augusto de Souza Neto indaga se todos os Conselheiros receberam o Ofício informando sobre o término do atual mandato, e que manifestem se suas Entidades possuem interesse na Recondução de seus representantes para um novo mandato do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, informando que a atual incumbência se encerra no dia 31/01/2024, e o novo mandato corresponderá ao período de 01/02/2024 até 31/01/2026. Neto solicita que as Entidades respondam por *e-mail* os nomes dos Conselheiros Titulares e Suplentes que irão compor esse novo mandato, bem como informar os *e-mails* e números de telefone para contato de seus indicados, o mais breve possível, até no máximo o dia 01/12/2023 para que após, seja elaborado o devido Decreto de Nomeação dos Conselheiros. Neto expõe também que na presente Plenária deverão ser avaliadas além da Recondução, a Exclusão e o Ingresso de novas entidades para o Conselho Gestor da APA. Com relação aos Órgãos da Administração Pública que faltaram na totalidade das reuniões do corrente ano, José Neto relata que a Secretaria do Conselho irá alinhar com a Presidente do Conselho, o encaminhamento de Ofício informativo à Administração Pública, enquanto que com relação às Entidades representantes da Sociedade Civil, duas não compareceram a totalidade de reunião, citando nominalmente o “ISARP Instituto Socioambiental Rio dos Peixes”, e o “Rotary Club”, e portanto deverão ser excluídas do Conselho por ausência nas Reuniões Plenárias. Com relação à entidade “Associação de Moradores do Quiriri”, que também não tem comparecido à quase totalidade das reuniões deve-se discutir o que será feito, lembrando a importância que o bairro Quiriri tem dentro da Unidade de Conservação da APA Serra Dona Francisca. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ faz indicação de nova Entidade para integrar o Conselho, nominando a AMEM Morros (Associação de Moradores da Estrada dos Morros), da região do bairro Vila Nova, no que o Secretário José Neto recebe a indicação e solicita que a Entidade formalize, por *e-mail*, sua intenção em integrar o Conselho Gestor da APA. O Sr. Fabiano Santangelo, da OAB-SC Joinville também manifesta o interesse da Entidade a qual representa, em participar do Conselho Gestor da APA, no que o Secretário José Neto recebe a indicação e solicita que a Entidade formalize, por *e-mail*, sua intenção em integrar o Conselho Gestor da APA. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM indica a

Entidade GRM (Grupo de Resgate em Montanhas), no que o Secretário José Neto recebe a indicação e solicita que a Entidade formalize, por *e-mail*, sua intenção em integrar o Conselho Gestor da APA. Neto informa que na próxima Reunião Plenária, em 17/10/2023, as Entidades indicadas disporão de um tempo de 5(cinco) minutos cada para se apresentarem ao Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, e fazer exposição dos motivos porque pretendem ingressar no Conselho e as contribuições que podem trazer aos debates e aos trabalhos do Colegiado. Após as exposições, seguirá a decisão do Conselho, para o aceite ou não do ingresso pretendido pelas Entidades manifestantes. Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga questiona se há a possibilidade de se aumentar a quantidade de Entidades no Conselho, ao que o Secretário José Neto responde que sim, mas relembra que se aumentar a quantidade de Entidades da Sociedade Civil, também será necessário aumentar a quantidade de Órgãos da Administração Pública, para manter a paridade de integrantes. João Paulo Freisleben, da Apiville comenta que não acha prudente a saída da AMABQ (Associação de Moradores do Quiriri) do Conselho e deixar o Bairro Quiriri sem representação, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que essa é uma questão regimental, não pessoal, e que o fato da Entidade não ter comparecido a quase totalidade das Reuniões Plenárias do corrente ano, regimentalmente a exclui do Conselho para que Entidades que realmente tenham interesse em participar dos trabalhos possam ter essa oportunidade. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua manifestou que ele, e a Conselheira Marli, da AMEM Mildau conversaram com membros da AMABQ e marcaram uma reunião para a próxima semana para discutir sobre a Entidade, pois o grande problema está sendo constituir uma nova diretoria, e que atualmente a Entidade está sem líderes. Tiago Corrente, da Polícia Militar Ambiental questiona sobre qual seria o número de faltas consecutivas segundo o Regimento Interno que justifique a exclusão da Entidade do Conselho, ao que o Secretário José Neto responde que são 3(três) reuniões consecutivas, ou 6(seis) reuniões intercaladas ao longo do período de um ano. Encerrados os esclarecimentos da Secretaria, e demais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco coloca em Votação a exclusão das seguintes Entidades, por faltosas às Reuniões Plenárias do Conselho da APA Serra Dona Francisca: ISARP Instituto Socioambiental Rio dos Peixes; Rotary Club - Corda Comissão Rotária em Defesa Ambiental; e, AMABQ Associação de Moradores do Alto e Baixo Quiriri, tendo sido aprovada a exclusão das Entidades nominadas, por unanimidade de votos dos Conselheiros, abrindo oficialmente três vagas no Conselho Gestor da APA, para Entidades representantes da Sociedade Civil. Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga questiona qual o procedimento para os Órgãos da Administração Pública faltantes a quase totalidade das reuniões, ao que o Secretário José Neto informa que serão enviados para os Secretários desses Órgãos, o pedido de que indiquem novos Titulares e Suplentes em suas representações. O Conselheiro Ademir Sgrott, da AJM sugere que sejam revistos se todos os Titulares e Suplentes estão no Grupo do WattsApp do Conselho, pois há um total 30(trinta) participantes e o esperado é que haja 60(sessenta) participantes, todavia a quantidade atual é de 52(cinquenta e dois) participantes, no que o Secretário José Neto informa que algumas Entidades estão atualmente sem Suplentes. Ademir propõe também que seja feito um ajuste nos *e-mails*, pois aproximadamente 100(cem) pessoas recebem os comunicados da APA, no que o Secretário José Neto responde que, como as ações do Conselho são públicas, muitas pessoas solicitam para acompanhar os *e-mails* do Conselho mesmo sem participar, e que isso traz a transparência e a publicidade necessária aos atos do Conselho. Sem mais manifestações, a Presidente do Conselho, Magda Franco, declara encerrada a matéria, passando para a **Pauta 4) Sugestão de Pauta e Palavra Livre. itm 4.1) IQA/ CAJ:** A Presidente do Conselho, Magda Franco cede a palavra à Conselheira Daiane Paul Nunes, da CAJ, que cumprimenta a todos, agradece pela oportunidade, e inicia sua apresentação dos dados do Índice de Qualidade da Água (IQA), dizendo que quanto à quantidade de vazão, tanto o Rio Cubatão (13.160 l/s), quanto o Rio Piraí (653 l/s), estão dentro dos níveis previstos de vazão ecológica. Quanto a qualidade da água ambos os Rios apresentaram qualidade ótima, estando o Rio Cubatão com IQA: 82,6 e o Rio Piraí com IQA: 79,6. Com relação ao monitoramento dos agrotóxicos, a campanha de Setembro não detectou agrotóxicos na água. A Conselheira Daiane também informou que foi lançado um novo edital do programa “Águas para Sempre”, e que a CAJ está entrando em contato com vários produtores para que o Programa continue crescendo, e se coloca a disposição para conversar com outros proprietários da APA sobre o Programa, além de comunicar que foram efetuados os dois primeiros pagamentos em cerimônia da Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, para dois proprietários que aderiram ao Programa, bem no início, há um ano, informando também que os participantes não recebem apenas pela preservação ambiental, mas também por outros serviços como instalação e limpeza de fossa, plantio de mudas, entre outros. A Conselheira Daiane encerra sua fala colocando-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas dos Conselheiros. O Conselheiro Manoel Vicente, da Aproágua questionou se a CAJ tem algum dado de alguma ocorrência no Rio Cubatão, pois na Serra a água estaria com barro desde a semana anterior, no que a Conselheira Daiane

informou não possuir esses dados no momento, mas que iria verificar na CAJ. O Conselheiro Gabriel Wolfart, do SindPedras sugere que a reunião prevista para o dia 19/12/2023 seja antecipada em razão de que muitos dos Conselheiros estarão ocupados com os trabalhos nesse período, perto do recesso das Festas de Fim de Ano, o que poderia dificultar a participação na reunião, no que o Secretário José Neto responde que, como o Conselho da APA acabou realizando algumas reuniões extraordinárias, se na próxima reunião prevista para o dia 07/11/2023 forem esgotadas as pautas com o ingresso das novas Entidades, a reunião do mês de Dezembro muito provavelmente será suspensa, a menos que haja alguma outra pauta urgente a ser discutida. Encerradas as considerações dos Conselheiros, a Presidente do Conselho, Magda Franco apresenta aos Conselheiros um pequeno vídeo com os registros da Conferência Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, realizada nos dias 20 e 21 de setembro, informando que no site da prefeitura estão disponíveis os documentos da Conferência como listas de presença, textos das Oficinas e outros registros, assim como a Carta e a Ata da Conferência, aproveitando o ensejo para agradecer a presença e a participação dos Conselheiros nesse evento. O Conselheiro João Paulo Freisleben, da Apiville sugere para a próxima reunião, que seja discutida a situação das construções irregulares na região da APA e sobre os Procedimentos de Fiscalização, pois em muitos dos casos, mesmo com multas, as construções não são interrompidas, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que se a construção continuar a pessoa vai ser multada outras vezes, até que haja execução fiscal das multas, podendo a construção também ser demolida, entretanto, tanto pela demora nas denúncias, quanto pela demora de se chegar ao ponto da execução fiscal, geralmente as construções já estão finalizadas, assim não sendo mais possível demolir sem autorização por via judicial. Freisleben comenta que está questionando a atuação antes da construção, uma vez que se encontre materiais de construção no local, já deveria ser evitado o início da obra, levantando também a questão do esgoto dessas construções irregulares que não estão conectadas a rede e podem estar colocando como ponto de saída os rios próximos. O Conselheiro Anselmo Cadorin, da AEA Babitonga concorda com as falas do Conselheiro, e aproveita o momento para agradecer a SAMA e ao Conselho por acatar a solicitação da AEA Babitonga sobre a questão da liberação de propriedades da APA para crédito rural em bancos, pois, o Banco do Brasil mais especificamente, exige para liberação de crédito nessas propriedades, que seja expedido pelo Órgão Ambiental um documento autorizando a área, para que o financiamento seja liberado, e nesse caso a SAMA se prontificou receber os encaminhamentos para emitir o documento requerido. O Conselheiro Ernesto Caetano, da SDE.UDR comenta que muitos agricultores e outros moradores da APA estão recebendo multas por reformas realizadas em galpões e reformas nos telhados de suas residências sem a emissão de alvará, questionando se não há nenhuma forma de rever essa questão, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco, responde que a exigência de alvará para qualquer reforma está prevista no Código de Obras do Município, e que isso é uma das reivindicações de mudanças para o Novo Código de Obras, que já está sendo discutido na Câmara de Vereadores. O Conselheiro Paulo Schulze, da Asbanville retoma a questão das construções ilegais na APA e se manifesta no sentido que, muitas vezes, são efetuadas denúncias de construções irregulares e a Fiscalização não chega a esses locais, ou só Fiscaliza quando a já estão concluídas, enquanto os moradores que possuem construções regulares são fiscalizados e multados por simples reformas. O Conselheiro João Paulo Freisleben, da Apiville conclui que a situação realmente é grave, e que muitos moradores estão relatando sobre os desmatamentos que vem ocorrendo no entorno dessas construções. O Conselheiro Rogério Tamazia, da ATERJ questiona sobre os andamentos do processo de licitação para a contratação da nova empresa que irá realizar o controle da população dos simulídeos, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que a demora no processo se dá pela tomada dos preços, e que a SAMA depende que as empresas enviem seus orçamentos, tendo atualmente quatro empresas enviado seus orçamentos com valores muito discrepantes com os valores de mercado, ou sendo altíssimos, ou muito baixos, e que a justificativa da SAMA para essa discrepância não foi aceita pela SAP, comentando que há muitos detalhes procedimentais que precisam ser esclarecidos para que o processo seja enviado a SAP, que, se julgar que tudo foi feito corretamente, irá enviar para a Procuradoria Geral do Município, que terá outro prazo para responder, porém informa que a SAMA vem trabalhando em uma forma de que o serviço de controle dos simulídeos seja considerado um serviço essencial, o que tornaria a resposta muito mais rápida, e que espera realizar a contratação da empresa no máximo no início do mês de dezembro. O Conselheiro Rogério expõe que a preocupação é de que, já que a empresa atual encerra seu contrato em dezembro, essa eventual demora gere um vácuo de algumas semanas sem o serviço bem na alta temporada, no que a Presidente do Conselho, Magda Franco informa que essa também é uma preocupação da SAMA, e informa que está sendo planejado para novembro um workshop nas Associações de Moradores, e relacionadas ao Turismo, sobre como os moradores também podem auxiliar no controle dos simulídeos, uma vez que somente a aplicação de biolarvicidas não é suficiente. Não havendo demais contribuições ou manifestações, a Presidente do Conselho

Gestor da APA Serra Dona Francisca, Magda Cristina Villanueva Franco agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 19h42min, sendo extraída a presente Ata, assinada pela Presidente do Conselho da APA, após aprovação dos demais Conselheiros.

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca
PORTARIA SAMA Nº 004/2023 SEI Nº: 0015522611

João Victor Galvan

José Augusto de Souza Neto
UNIDADE DE APOIO AOS CONSELHOS

**A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)



Documento assinado eletronicamente por **Magda Cristina Villanueva Franco**, **Gerente**, em 13/11/2023, às 08:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0018735180** e o código CRC **C331CA26**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.003424-1

0018735180v79
0018735180v79